

Governança Universitária: Modelos de Práticas O Caso da Universidade de Cabo Verde

Resumo

A universidade, tal como a entendemos hoje como uma comunidade que persegue o conhecimento, teve a sua origem na Europa Ocidental, durante o período da Idade Média (Clark, 1994). A cultura, a virtude e a utilidade constituíram, desde sempre, os três grandes propósitos da universidade (Ruegg, 2002), sendo que a utilidade é a que mais vem ganhando realce (Cruz, 1964). Para Kerr (1963), a universidade transformou-se num instrumento primordial de propósitos nacionais. É nesta perspectiva que, desde da Segunda Guerra Mundial, a ciência e a tecnologia foram assumidos como assuntos do Estado, visando o desenvolvimento económico e social (Caraça, Conceição & Heitor, 1996; Fielden, 2008). Atualmente, a universidade se situa no ponto de interseção da investigação, da educação e da inovação e, por isso, ela detém a chave da economia e da sociedade do conhecimento (Comissão Europeia, 2003). Deste ponto de vista, a partir dos anos de 1980, começa a verificar-se alterações nas relações entre a academia e o Estado, tendo como propósito tornar as universidades mais responsáveis perante a sociedade e a economia (Gallagher, 2000). É neste quadro que a governança universitária torna-se num dos elementos vitais para garantir a eficiência e a eficácia das políticas estatais (Tavares, 2013). Em Cabo Verde, apesar do ensino superior ter emergido só nos finais dos anos de 1970, com a independência nacional (Varela, 2013), a efetivação da universidade, particularmente a pública, é de 2006. Neste artigo, iremos incursar sobre a governança universitária, na sua perspetiva conceptual e tendências internacionais, enquanto instrumentos teóricos para nos ajudar a refletir a governança da Universidade Pública de Cabo Verde no período de 2006 a 2015, enquanto objeto de estudo da nossa tese de doutoramento.

Palavras-chave: Governança Universitária, Universidade e Ensino Superior